



CPLP
Comunidade dos Países
de Língua Portuguesa



XXXI REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Díli, 19 de agosto de 2026

Comunicado Final

1. O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) reuniu-se em Díli, República Democrática de Timor-Leste, no dia 19 de agosto de 2026, no âmbito da sua XXXI Reunião Ordinária, sob a presidência de Sua Excelência Bendito dos Santos Freitas, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da República Democrática de Timor-Leste. Participaram na reunião os Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores, ou seus representantes, da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República da Guiné Equatorial, da República de Moçambique, da República Portuguesa, da República Democrática de São Tomé e Príncipe, da República Democrática de Timor-Leste, e a Secretária Executiva da CPLP.
2. *Participaram* na sessão pública de abertura representantes dos Observadores Associados, dos Observadores Consultivos, de organizações internacionais parceiras e outras entidades convidadas.
3. Os Ministros *reconheceram* o percurso realizado desde 1996 na afirmação da CPLP enquanto espaço de concertação político-diplomática, cooperação multissetorial, valorização humanística, promoção da língua portuguesa e valorização da diversidade cultural. *Saudaram* as iniciativas comemorativas dos 30 anos da CPLP, realizadas nos diferentes Estados-Membros e no Secretariado Executivo, sob o lema “CPLP 30 Anos: Unidade na Diversidade, Uma Comunidade para os Povos”, e *aprovaram* a Declaração sobre os 30 Anos de Constituição da CPLP.
4. Os Ministros *debateram* o tema “A Consolidação do Estado de Direito Democrático e os Desafios da CPLP”, *refletiram* sobre os desafios contemporâneos enfrentados pelas sociedades dos países que compõem a Comunidade e *reafirmaram* a importância do multilateralismo, da cooperação e da solidariedade, do fortalecimento das instituições democráticas, do Estado de Direito e da promoção dos direitos humanos, da paz e do desenvolvimento sustentável.
5. *Relembrando* o Comunicado Final da XVII Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros, de 5 de dezembro de 2025, e a Declaração Final e a Resolução adotadas pela I Conferência Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em 16 de dezembro de 2025, *aprovaram* uma Resolução sobre a Situação na República da Guiné-Bissau.
6. *Reiteraram* o seu firme compromisso com o fortalecimento do multilateralismo e da ordem internacional baseada no direito internacional e na Carta das Nações Unidas e *manifestaram* preocupação com a persistência de conflitos armados, crises humanitárias e tensões geopolíticas que afetam a paz, a segurança e o desenvolvimento sustentável. *Defenderam* que a diplomacia e o diálogo são o meio mais eficaz de garantir a paz e a segurança internacionais. *Ressaltaram* a interdependência entre segurança e desenvolvimento e *salientaram* a necessidade de fornecer respostas adequadas às causas profundas da instabilidade e da violência, de forma a assegurar

uma paz duradoura. *Renovaram* o seu apoio aos esforços internacionais em favor da prevenção de conflitos, da resolução pacífica das controvérsias e da promoção do diálogo e da cooperação internacional.

7. *Reafirmaram* o compromisso da CPLP com a implementação da Agenda 2030 e *reconheceram* a crescente relevância da CPLP enquanto plataforma de concertação política, cooperação técnica, projeção internacional dos Estados-Membros e como veículo fundamental para a prossecução dos seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
8. *Reconheceram* os progressos alcançados com a implementação da Visão Estratégica da CPLP 2016-2026 e *reafirmaram* a premência de elaborar a Visão Estratégica da CPLP para o período 2027-2033, orientada para o reforço da proximidade entre a Comunidade e os seus cidadãos, a promoção do desenvolvimento sustentável, a valorização da língua portuguesa e a resposta aos desafios emergentes do contexto internacional. E *sublinharam* a importância crescente da transversalidade das dimensões económica, social, alimentar, ambiental e climática e educacional da cooperação comunitária, enquanto vetores essenciais para a consolidação de uma CPLP mais resiliente, mais inclusiva e mais preparada para os desafios do futuro.
9. *Reafirmaram* a importância do aprofundamento da dimensão da cidadania na CPLP, reconhecendo que a mobilidade, a progressiva convergência de direitos, proteção social, participação cívica e igualdade de oportunidades constituem fatores essenciais para o reforço do sentimento de pertença à Comunidade. *Reconheceram* os progressos alcançados em matéria de mobilidade e proteção social e *comprometeram-se* a prosseguir os esforços com vista a promover uma CPLP mais inclusiva.

No âmbito da concertação político-diplomática, os Ministros:

10. *Tomaram boa nota* do Relatório da Secretária Executiva da CPLP relativo ao período compreendido entre agosto de 2025 e julho de 2026 e *saudaram* os progressos registados no reforço das capacidades institucionais, na condução de processos de recrutamento e no planeamento estratégico da Organização, bem como na dinamização das iniciativas no âmbito da Comemoração do 30.º Aniversário da CPLP.
11. *Reiteraram* a importância da plena implementação dos Estatutos da CPLP aprovados em 2023 e *encorajaram* os Estados-Membros a prosseguirem os respetivos processos internos de ratificação. *Deram orientações* no sentido da harmonização entre os Estatutos da CPLP e os Estatutos do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP); e *aprovaram* a Resolução sobre o Regimento Interno do Conselho de Ministros da CPLP, instrumento destinado a reforçar a eficácia, previsibilidade e funcionamento deste órgão.
12. *Congratularam-se* com a entrada em funções do novo Diretor-Geral da CPLP, reafirmando a importância do reforço da capacidade administrativa e institucional do Secretariado Executivo.
13. *Saudaram* a realização da XV Assembleia Parlamentar da CPLP (AP-CPLP), nos dias 22 a 24 de julho de 2026, em Luanda, que aprovou a Declaração de Luanda - “Compromisso com a Resiliência Institucional, a Justiça Social e a Solidariedade Lusófona”, enquanto espaço de



aproximação e concertação entre legítimos representantes dos nossos povos e de reforço da dimensão democrática da Comunidade.

14. *Reconheceram* o importante contributo das Missões de Observação Eleitoral da CPLP para o fortalecimento das instituições democráticas e dos processos eleitorais nos Estados-Membros, com a participação da Assembleia Parlamentar da CPLP (AP-CPLP), designadamente as realizadas na República da Guiné-Bissau, em novembro de 2025, na República de Cabo Verde, em maio de 2026, e na República Democrática de São Tomé e Príncipe, em julho de 2026.
15. *Saudaram* o reforço das relações entre a CPLP e os seus Observadores Associados e *tomaram boa nota* da conclusão dos processos de apreciação das candidaturas à categoria de Observador Associado da Ucrânia e da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado.
16. *Registaram* com satisfação a dinâmica de trabalho promovida pelas Comissões Temáticas de Observadores Consultivos da CPLP e *congratularam-se* com a atribuição do Estatuto de Observador Consultivo às instituições: Associação Internacional das Comunidades Luso-Asiáticas - APCA (Timor-Leste); Associação Internacional das Comunidades de Língua Portuguesa - CLPI (Portugal); Associação de Educação de Jovens e Adultos de Nampula - ASEJANA (Moçambique); Associação de Mulheres Marítimas e Portuárias e Actividades Conexas de Angola - AMMPACA – WIMANGOLA (Angola); Centro de Educação Ambiental e Preservação do Património da Universidade Federal do Paraná (Brasil); Confederação do Desporto de Portugal (Portugal); Fórum das ONG/Aids do Estado de São Paulo - FOAESP (Brasil); Fórum Empresarial dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (FE – PALOP) (Angola); Fundo Brasileiro de Educação Ambiental - FunBEA (Brasil); Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior - FUNCEX (Brasil); Instituto Espinhaço – Biodiversidade, Cultura e Desenvolvimento Socioambiental (Brasil); Instituto Nacional de Saúde (INS) de Moçambique; Panathlon Clube de Lisboa (Portugal); Universidade de Lisboa /Colégio Tropical (Portugal).
17. *Incentivaram* o aprofundamento das parcerias com organizações internacionais, regionais e multilaterais e *saudaram* o reforço da cooperação com as Nações Unidas e as suas agências especializadas. *Valorizaram* a crescente participação da CPLP em fóruns multilaterais dedicados ao desenvolvimento sustentável, aos direitos humanos, aos oceanos, à segurança alimentar e às alterações climáticas / mudança do clima e *reconheceram* a relevância das parcerias desenvolvidas com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e outras organizações internacionais.
18. *Congratularam* a República Democrática de Timor-Leste pela sua histórica admissão como 11.º Estado-Membro de pleno direito da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), reconhecendo a importância deste marco para o reforço da integração regional do país e para a sua crescente participação nos assuntos regionais e internacionais. *Saudaram* igualmente os preparativos em curso por parte de Timor-Leste para assumir a Presidência da ASEAN em 2029 e *reconheceram* o potencial do país em contribuir para o aprofundamento das relações de cooperação entre a CPLP e a ASEAN. *Encorajaram* a Presidência da CPLP, em articulação com o Secretariado Executivo, a explorar oportunidades concretas de diálogo e cooperação entre a CPLP e a ASEAN em áreas de interesse comum.



19. *Manifestaram* profunda preocupação com o aumento e o prolongamento dos conflitos armados e das crises humanitárias em várias regiões do mundo, que continuam a causar perdas de vidas humanas, deslocamentos forçados, destruição de infraestruturas essenciais e graves impactos no acesso das populações à alimentação, à saúde, à educação e a condições de vida dignas. *Reconheceram* que a multiplicação dos conflitos compromete a implementação da Agenda 2030 das Nações Unidas e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, desviando recursos destinados ao desenvolvimento e revertendo progressos já alcançados. *Apelaram* à proteção da população civil, ao respeito pelo direito internacional, pelo direito internacional humanitário e à garantia de um acesso humanitário seguro, rápido e sem entraves. *Reafirmaram* a importância do diálogo e da diplomacia para a prevenção dos conflitos e a procura de soluções pacíficas, justas e duradouras.
20. *Coincidiram* na importância de avançar na necessária reforma do Conselho de Segurança, incluindo a ampliação do órgão na categoria de Membros Permanentes e na categoria de Membros Não-Permanentes, de modo a aumentar a representação, no Conselho, de países em desenvolvimento de regiões não representadas ou sub-representadas, como África, América Latina e Ásia-Pacífico, tornando-o mais representativo, mais legítimo e consequentemente mais eficaz.
21. *Reafirmaram* o seu apoio à aspiração do Brasil de ocupar um assento permanente num Conselho de Segurança das Nações Unidas ampliado, recordando os termos do Comunicado Final da II Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP (Salvador, 1997) e das Declarações de Chefes de Estado e de Governo aprovadas em São Tomé (2004), Bissau (2006), Lisboa (2008), Luanda (2010), Maputo (2012), Díli (2014), Brasília (2016), Santa Maria (2018), Luanda (2021), São Tomé (2023) e Bissau (2025).
22. *Renovaram* o apoio à aspiração do continente africano em estar representado, com a categoria de Membro Permanente, no CSNU, conforme refletido no “Consenso de Ezulwini”.
23. *Saudaram* a participação dos Estados-Membros da CPLP no 11.º Fórum Mundial da Aliança das Civilizações das Nações Unidas “Apelo à Paz, ao Fim das Guerras e ao Respeito pelo Direito Internacional” (Luanda, 16 a 17 de julho de 2026).
24. *Saudaram* a assinatura, pela República da Guiné Equatorial e pela República Gabonesa, do Acordo para a implementação da sentença do Tribunal Internacional de Justiça relativa ao diferendo sobre as ilhas de Mbañe, Cocoteros e Conga, destacando o compromisso de ambos os países com a resolução pacífica de diferendos e o Direito Internacional.
25. *Congratularam-se* com a atribuição do Prémio Internacional UNESCOGuiné Equatorial para a Investigação em Ciências da Vida pelo país como contributo para a promoção da investigação científica e do desenvolvimento.
26. *Reafirmaram* o empenho na promoção de candidaturas dos Estados-Membros a cargos e funções no âmbito do sistema das Nações Unidas e em organizações multilaterais e:
 - *Saudaram* a eleição de:
 - Angola, para o Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), no mandato 2027-2029, com expressivo apoio da comunidade internacional;



- Cabo Verde, como um dos Vice-Presidentes da 80.^a Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU);
 - Cabo Verde, como Membro do Conselho de Operações Postais da União Postal Universal (UPU) para o mandato 2026-2029, no seu 28.^o Congresso realizado em Dubai, no dia 18 de setembro de 2025;
 - Portugal como Membro Não Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o biênio 2027-2028.
 - *Felicitaram:*
 - A Guiné Equatorial, pela presidência em exercício da Organização dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (OACPS), reconhecendo a importância do reforço da cooperação multilateral e da concertação entre a OACPS e a CPLP.
 - *Endossaram as candidaturas:*
 - Do Brasil, a membro do Conselho da União Internacional das Telecomunicações (UIT) para o mandato 2027-2030 (Região A - Américas), nas eleições que terão lugar durante a Conferência de Plenipotenciários da UIT, a realizar-se em Doha, Qatar, de 9 a 27 de novembro de 2026.
 - De Carlos Manuel Baigorri, do Brasil, a Secretário-Geral Adjunto da União Internacional das Telecomunicações (UIT) para o mandato 2027-2030, nas eleições que terão lugar durante a Conferência de Plenipotenciários da UIT, a realizar-se em Doha, Qatar, de 9 a 27 de novembro de 2026.
 - De Cabo Verde, a membro do Conselho da União Internacional das Telecomunicações (UIT) para o mandato 2027-2030 (Região D - África), nas eleições que terão lugar durante a Conferência de Plenipotenciários da UIT, a realizar-se em Doha, Qatar, de 9 a 27 de novembro de 2026.
 - *Tomaram nota* da apresentação das seguintes candidaturas:
 - Da Dra. Josefa Leonel Correia Sacko, de Angola, ao cargo de Diretora-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para o mandato de 2027-2031.
 - De Cabo Verde, a membro do Conselho Executivo da UNESCO para o mandato 2027-2031, nas eleições que terão lugar durante a 44.^a Sessão da Conferência Geral da UNESCO, a realizar-se, em Paris, França, no ano de 2027.
 - De Portugal a membro do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas para o mandato 2035-2037.
27. *Congratularam-se* pela realização das Reuniões Ministeriais Setoriais do Interior e da Administração Interna (Luanda, 31 de outubro 2025) , do Trabalho e Assuntos Sociais (Praia, 3 de dezembro de 2025), da Cultura (Díli, 5 de maio de 2026), da Educação (Díli, 7 de maio de 2026), dos Assuntos do Mar (Sede da CPLP, 8 de junho de 2026) , da Defesa (Díli, 3 de junho de 2026) e do Turismo (Díli, 31 de julho de 2026), para a concretização dos objetivos e da Visão Estratégica da Comunidade, desde a XV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.
- No âmbito da cooperação, os Ministros:
28. No setor da Defesa, *destacaram* os progressos alcançados no reforço da concertação político-estratégica, da confiança mútua e da cooperação entre os Estados-Membros e aprovação dos Estatutos e do Regulamento do Centro de Análise Estratégica da CPLP (CAE-CPLP),



reconhecendo o seu contributo para o fortalecimento institucional e operacional da Componente de Defesa. *Tomaram* boa nota do Relatório Anual da Componente de Defesa de 2025, do relatório relativo à 4.^a monitorização do Plano de Ação para a implementação da Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança, bem como da atualização da Matriz da Nova Visão Estratégica da CPLP 2016-2026 no que diz respeito à cooperação neste setor.

29. *Registaram* com apreço o reforço da capacitação, nomeadamente no quadro das diversas edições do Colégio de Defesa da CPLP e do Curso Avançado de Defesa, promovido pelo Brasil, bem como em matéria de cooperação civil-militar. *Saudaram* igualmente a realização do Exercício Felino 2026, na Foz do Iguaçu, Brasil, reafirmando a importância deste exercício para a interoperabilidade, a capacitação conjunta e a preparação para operações de paz e de ajuda humanitária. *Acolheram* com satisfação a disponibilidade de Timor-Leste para organizar o Exercício FELINO em 2027, na modalidade de Exercício na Carta, e em 2028, na modalidade de Exercício com Forças no Terreno.
30. *Reconheceram* a importância do Fórum do Serviço de Informações de Inteligência dos Estados-Membros da CPLP (FSIS-CPLP) e *incentivaram* o intercâmbio de informações para promover o respeito à soberania, a integridade territorial e a não ingerência em assuntos internos dos países da CPLP.
31. No Setor da Administração Interna, *saudaram* a realização da VI Reunião dos Ministros do Interior e da Administração Interna (Luanda, 31 de outubro de 2025) e *tomaram nota* das propostas apresentadas no quadro do Conselho de Chefes de Polícia; do Conselho dos Diretores-Gerais/Nacionais de Migração, Estrangeiros e Fronteiras; bem como do Conselho de Comandantes Nacionais/Diretores Nacionais/Presidentes de Salvação Pública, Proteção Civil e Bombeiros com vista ao reforço da cooperação em matéria de segurança interna, de mobilidade e circulação, migração e fronteiras, proteção de pessoas e bens e intervenção coordenada em situações de emergência humanitária e de catástrofe natural.
32. *Reconheceram* a importância crescente das redes setoriais da CPLP enquanto instrumentos de cooperação técnica, partilha de conhecimentos e aproximação entre instituições dos Estados-Membros.
33. *Reconheceram* a importância de reforçar a visibilidade da ação da CPLP e de promover uma comunicação orientada para os cidadãos, valorizando os resultados concretos da cooperação comunitária. *Incentivaram* o desenvolvimento de mecanismos de monitorização, avaliação e divulgação dos impactos da cooperação, de modo a reforçar a transparência, a apropriação pública e o conhecimento dos benefícios da Comunidade nos Estados-Membros.
34. No setor do Ambiente, *felicitaram* a criação da Rede dos Pontos Focais dos Acordos Multilaterais do Ambiente da CPLP e *reiteraram* o compromisso da CPLP com a implementação da Agenda 2030 e dos acordos multilaterais ambientais e reconheceram que as alterações climáticas e mudança do clima representam um dos maiores desafios para os Estados-Membros da CPLP, em particular para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID), perspetivando o desenvolvimento de planos de resiliência e adaptação adequados às convenções com que se interrelacionam.



35. *Reconheceram* a particular vulnerabilidade dos Estados-Membros aos impactos das alterações climáticas / mudança do clima, designadamente no que respeita à segurança alimentar, aos recursos hídricos, às zonas costeiras, à biodiversidade e à ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos.
36. *Saudaram* a aprovação da Reserva da Biosfera do Parque Nino Konis Santana, em Timor-Leste, pela 38.^a Sessão do Conselho Internacional de Coordenação do Programa “Homem e a Biosfera” da UNESCO, realizada em 5 de junho de 2026, considerando que este reconhecimento constitui um importante contributo para o reforço da Rede de Reservas da Biosfera da CPLP, que passa a integrar 30 Reservas distribuídas por todos os Estados-Membros, afirmando-se como a maior rede temática do referido Programa.
37. *Felicitaram* a inscrição, pela 48.^a Sessão do Comité do Património Mundial da UNESCO, realizada em Busan, Coreia do Sul, de 19 a 29 de julho de 2026, na Lista do Património Mundial:
- Das Roças de Monte Café, Água Izé, Diogo Vaz e São João, na ilha de São Tomé, e das Roças de Sundy e Belo Monte, na ilha do Príncipe, reconhecimento que constitui o primeiro bem de São Tomé e Príncipe inscrito no Património Universal;
 - Dos Teatros Amazónicos, o Teatro Amazonas, em Manaus, e o Theatro da Paz, em Belém do Pará.
38. *Tomaram nota* do Compromisso de Arouca para os Geoparques Mundiais da UNESCO na CPLP, adotado no I Fórum de Geoparques Mundiais da UNESCO da CPLP (Arouca, Portugal, 28 de maio), que estabelece uma visão comum para o reforço da cooperação entre os Estados-Membros para promover o desenvolvimento, capacitação e valorização dos Geoparques Mundiais da UNESCO, através da partilha de conhecimento, do apoio técnico e institucional, do fortalecimento das capacidades locais e da promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios.
39. *Encorajaram* o aprofundamento da cooperação entre os Estados-Membros em matéria de resiliência, mitigação, adaptação e prevenção das alterações climáticas e mudança do clima, financiamento climático, conservação e utilização sustentável dos recursos naturais e reforço da resiliência das comunidades. *Aprovaram* a Resolução sobre o Fortalecimento das Respostas aos Desastres Climáticos, visando reforçar a cooperação comunitária em matéria de gestão de riscos e *incentivaram* a realização de iniciativas de prevenção, gestão sustentável e desenvolvimento de mecanismos de partilha de experiências, capacitação técnica e mobilização de recursos destinados ao reforço da resiliência climática.
40. *Reconheceram* a relevância dos resultados da 30.^a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP30), realizada em Belém do Pará, Brasil, enquanto oportunidade para reforçar a ação climática global e valorizar as prioridades dos Estados-Membros e manifestaram o desejo de que a COP31, que se realizará na Turquia, em Antália, nos dias 9 a 20 de novembro de 2026, contribua para reforçar a visibilidade internacional das prioridades climáticas dos Estados-Membros e para promover soluções assentes em mecanismos de governança global, na cooperação, gestão responsável, solidariedade e justiça climática.
41. *Reconheceram* a importância estratégica dos Oceanos para a sustentabilidade ambiental, a segurança alimentar, o desenvolvimento económico e a identidade dos Estados-Membros.



Congratularam-se com a aprovação do Plano Estratégico de Cooperação para os Oceanos da CPLP (PECO-CPLP) 2026-2030 e encorajaram a sua implementação. Saudaram a escolha do Brasil como sede da 3.^a Conferência da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável e encorajaram o reforço da cooperação científica, tecnológica e institucional no domínio dos Oceanos. Incentivaram a criação de Comitês Nacionais para a Década das Nações Unidas das Ciências dos Oceanos para o Desenvolvimento Sustentável tendo em vista a constituição de uma Rede de Comitês da CPLP.

42. *Reafirmaram o apoio inequívoco em prol do estabelecimento do Santuário de Baleias do Atlântico Sul, durante a 70.^a reunião plenária da Comissão Internacional da Baleia. Reafirmaram o compromisso com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), como quadro jurídico que rege todas as atividades nos oceanos e mares. Recordaram que a “Área” e seus recursos constituem património comum da humanidade e reiteraram o papel da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA), organização com mandato exclusivo para organizar e controlar as atividades na “Área”.*
43. *Saudaram a realização da IX Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) em abril de 2026, no Brasil, e a adoção, pelos países-membros da Zona, da Declaração do Rio de Janeiro e da Estratégia de Cooperação do Rio de Janeiro. Saudaram, igualmente, as oportunidades de ações conjuntas de cooperação previstas na referida Estratégia, as quais têm o potencial de estreitar a interação entre a CPLP e a ZOPACAS.*
44. *No setor da Segurança Alimentar e Nutricional, reafirmaram que a soberania alimentar e a segurança alimentar e nutricional constituem prioridades estratégicas da Comunidade e elementos essenciais para a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades e a promoção do desenvolvimento sustentável. Saudaram os progressos registados no processo de implementação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP).*
45. *Reconheceram o importante papel desempenhado pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP) na promoção do diálogo e no fortalecimento de uma governação participativa, multinível e multissetorial e para a formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas orientadas para a realização progressiva do direito humano à alimentação adequada (DHAA) e para a melhoria da nutrição, dos rendimentos dos agricultores, [particularmente dos pequenos agricultores familiares, pescadores artesanais e demais produtores primários, reduzindo as desigualdades económicas e sociais. E registaram, igualmente, o papel do CONSAN-CPLP no fortalecimento da governação participativa em âmbito nacional e regional, mecanismo concreto para apoiar os Estados-Membros a enfrentar desafios que afetam os seus sistemas alimentares nacionais e locais, reforçando a coordenação, a partilha de conhecimentos e inovação;*
46. *No setor da Saúde, congratularam-se com os progressos alcançados no domínio da cooperação em saúde, designadamente no fortalecimento dos sistemas nacionais de saúde e na formação de recursos humanos; reconheceram a importância das redes estruturantes da CPLP no setor da saúde; e encorajaram o reforço da cooperação técnica entre os Estados-Membros no âmbito do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS-CPLP) 2023-2027.*
47. *No setor do Trabalho e da Proteção Social, regozijaram-se com a entrada em vigor da Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP e assinaram o Acordo Administrativo para a Aplicação*



da Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP, reconhecendo que este instrumento permitirá reforçar a proteção dos cidadãos da CPLP e assegurar a efetiva portabilidade dos direitos de segurança social e incentivando os Estados-Membros a prosseguirem os trabalhos necessários à plena implementação da Convenção. *Saudaram* os progressos na implementação do Plano Estratégico de Cooperação para o Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP 2024-2030 (PECTAS-CPLP), bem como a continuidade das ações previstas no II Plano de Ação da CPLP para o Combate ao Trabalho Infantil 2026-2030 (II PACTI) e no Plano de Ação da CPLP para a Inspeção do Trabalho 2023-2030.

48. No setor da Juventude, *reconheceram* a juventude como um ativo estratégico para o desenvolvimento sustentável da Comunidade; *encorajaram* o reforço da participação dos jovens nos processos de decisão, na cooperação e na integração comunitária, e *aprovaram* a Resolução sobre a Operacionalização da Década da Juventude da CPLP 2026-2036. *Felicitaram* Timor-Leste pelo acolhimento da XII edição dos Jogos Desportivos da CPLP (Díli, 27 de julho de 2025) e pela implementação da fase II do projeto Plano de Ética no Desporto da CPLP.
49. No setor dos Direitos Humanos, *reiteraram* o compromisso da CPLP com a promoção e proteção dos direitos humanos, da igualdade, da inclusão e da boa governação e *reconheceram* os progressos alcançados no reforço dos mecanismos de cooperação em matéria de direitos humanos, nomeadamente no âmbito da Rede de Direitos Humanos dos Estados-Membros. *Incentivaram* a continuidade do diálogo e da cooperação com os mecanismos internacionais de direitos humanos com o propósito de aprofundar e estruturar melhor a cooperação neste domínio e *saudaram* a colaboração que vem sendo mantida com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH).
50. *Reafirmaram*, nesse contexto, a importância da promoção da igualdade de género, do empoderamento das mulheres e da sua participação plena, efetiva e significativa nos processos de decisão, na consolidação da paz e no desenvolvimento sustentável.
51. *Reconheceram* a importância da Iniciativa Global para o Direito Internacional Humanitário, *saudaram* a cooperação com o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), e *incentivaram* a continuidade de cursos de cooperação nessa área.
52. No setor da Governação Eletrónica, *reconheceram* a importância da transformação digital para a modernização das administrações públicas e para a melhoria dos serviços prestados aos cidadãos e *encorajaram* o reforço da cooperação no domínio da governação eletrónica, da inovação e da transformação digital.
53. No setor dos Recursos Hídricos, *reiteraram* a importância da gestão sustentável dos recursos hídricos e do acesso universal à água e ao saneamento e *encorajaram* o aprofundamento da cooperação entre os Estados-Membros no domínio dos recursos hídricos na base dos pressupostos da Resolução sobre a Priorização Política da Água na Agenda da CPLP (XXX Conselho de Ministros, 17 de julho de 2025, Bissau). *Recomendaram* o reforço do diálogo com a Parceria Global da ONU Saneamento e Água para Todos (SWA) e o acompanhamento da atividade da Rede de Reguladores dos Serviços de Água e Saneamento dos Países de Língua Oficial Portuguesa (LusoReg).



54. No setor da Energia, *reconheceram* a complexidade da transição energética, num contexto marcado pela urgência da descarbonização, pela necessidade de uma gestão sustentável dos recursos naturais, pela adaptação às alterações climáticas / mudança do clima e pela rápida evolução dos paradigmas tecnológicos. *Tomaram nota*, igualmente, do apoio institucional da CPLP à realização da “Série de Seminários de Energia e Clima da CPLP”, promovida pela Comissão Temática de Energia e Clima dos Observadores Consultivos da CPLP, bem como a apresentação, por esta Comissão, na COP30 (14 de novembro de 2025), do “Roteiro de Cooperação 2030 em Energia e Clima nos Países da CPLP”.
55. No setor do Turismo, *saudaram* as iniciativas desenvolvidas e a necessidade de reforço da sua articulação com outras áreas de cooperação da CPLP, nomeadamente no quadro da promoção da conectividade e mobilidade entre os Estados-Membros, da criação de rotas turísticas temáticas e integradas e do apoio ao empreendedorismo e às pequenas e médias empresas (PME). *Registaram* a institucionalização do Fórum de Negócios e Investimento no setor do Turismo e a decisão de prorrogar o período de vigência do Plano Estratégico de Cooperação em Turismo da CPLP (PECTUR-CPLP) até 2028, bem como as prioridades identificadas para o próximo biênio.

No âmbito da promoção e difusão da língua portuguesa, os Ministros:

56. *Saudaram* os avanços obtidos nas atividades do IILP em diversas áreas da promoção e difusão da língua portuguesa e *manifestaram* o seu empenho no reforço dos meios da instituição e *reiteraram* o apelo ao funcionamento pleno das Comissões Nacionais do IILP como pilares da própria organização. *Aprovaram* a Declaração de Apreço ao Diretor Executivo do IILP, onde reconhecem o trabalho efetuado ao longo dos seus mandatos (2023-2024 e 2025-2026) e os contributos aportados para a projeção e o desenvolvimento da instituição e o reforço da sua missão e ação. *Registaram* com satisfação os trabalhos da Assembleia Geral do IILP, conduzidos pela sua Presidente, em representação de São Tomé e Príncipe. *Reconheceram* ainda a ação de expansão e reforço das parcerias do IILP. *Tomaram* boa nota do Relatório de Atividades de 2025, enaltecendo a elevada concretização das atividades e dos projetos propostos.
57. *Congratularam-se* com a decisão da República da Guiné Equatorial de incluir a Língua Portuguesa no currículo escolar das escolas públicas, bem como a criação da Licenciatura em Língua Portuguesa, reforçando a presença da Língua Portuguesa no sistema educativo nacional.
58. *Tomaram nota* dos esforços de Angola pela promoção da Língua Portuguesa como língua de trabalho na Organização no quadro da sua Presidência da 45.^a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).
59. *Registaram* com satisfação a realização do Encontro Internacional da Crioulidade Atlântica (Cidade da Praia, maio de 2026), sob o lema “Edificar Pontes, Construir um Futuro Melhor”, reconhecendo a relevância da iniciativa enquanto espaço de reflexão e diálogo sobre os processos históricos, culturais e linguísticos que moldam as sociedades contemporâneas. *Saudaram* a Declaração da Praia e os princípios nela consagrados, que constituem um contributo para a valorização da diversidade cultural e linguística, o reforço do diálogo intercultural, da convivência entre os povos e da cooperação entre comunidades unidas por afinidades históricas, culturais e humanas.

60. No *setor da Cultura*, *reconheceram* o papel da cultura enquanto fator de identidade, coesão social e desenvolvimento sustentável. *Saudaram* os trabalhos desenvolvidos no âmbito da cooperação cultural da CPLP com base nas ações previstas no Plano de Ação de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP 2026-2028. *Incentivaram* o reforço da circulação de bens, serviços e agentes culturais no espaço comunitário e *manifestaram* o interesse dos Estados-Membros em aprofundar a cooperação em matéria de restituição de bens culturais, em conformidade com os instrumentos internacionais aplicáveis. Neste sentido, *aprovaram* a Resolução sobre o fortalecimento e a continuidade do Programa CPLP Audiovisual. *Incentivaram* a dinamização de ações de concertação e de cooperação para a preservação e salvaguarda do Património Cultural Material e Imaterial dos Estados-Membros pela Comissão do Património Cultural da CPLP, criada em Salvador (2017), no ano em que a CPLP celebra o 30.º aniversário.
61. *Saudaram* os esforços registados na cooperação entre entidades especializadas responsáveis pela proteção e gestão coletiva dos direitos de autor e dos direitos conexos e pela fiscalização e supervisão das atividades culturais dos Estados-Membros da CPLP, incentivando o seu aprofundamento, nomeadamente nos domínios da gestão coletiva proteção dos titulares de direitos e dos desafios colocados pelo ambiente digital e pela inteligência artificial, com vista a assegurar uma remuneração justa a autores, intérpretes, músicos e demais titulares que preservem os incentivos para a produção cultural e artística.
62. No *setor da Educação*, *reafirmaram* a importância da educação e o alcance projetado pela execução do Plano de Ação de Cooperação Multilateral em Educação da CPLP 2025-2027, felicitando as iniciativas desenvolvidas nas áreas da Alimentação, Nutrição e Saúde Escolar, da Rede de Escolas Amigas da CPLP, da Educação Inclusiva, Avaliação das Aprendizagens e dos Sistemas Educativos, e da Produção de Estatísticas da Educação da CPLP. *Saudaram* o lançamento da Brochura sobre Alimentação escolar na CPLP e incentivaram o reforço do diálogo institucional com a Coalizão para Alimentação Escolar: Nutrição, Saúde e Educação para cada Criança.
63. No *setor da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior*, *saudaram* os progressos alcançados na cooperação entre instituições de ensino superior, centros de investigação e redes científicas da CPLP e reconheceram a relevância das iniciativas de ciência aberta e dos mecanismos de partilha de conhecimento entre os Estados-Membros, encorajando à continuidade e sustentabilidade do Repositório Científico da CPLP. *Aprovaram* a Resolução sobre o Programa Frátria – Licenciatura de Base Comum em Saúde Pública dos Estados-Membros da CPLP, incentivando o aprofundamento da mobilidade académica, da cooperação científica e da formação avançada no espaço da CPLP. *Reafirmaram* a importância da ciência, da tecnologia e do ensino superior para o desenvolvimento sustentável dos Estados-Membros e o alcance projetado pela execução do Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP 2022-2026.
64. Na área dos Arquivos Nacionais, *reconheceram* a importância dos arquivos nacionais enquanto instrumentos de preservação da memória, da identidade e do património documental da Comunidade e *tomaram nota* com apreço da realização da III Assembleia Geral da Rede de Arquivos Nacionais da CPLP (Lisboa, 29 e 30 de junho de 2026) e do Seminário Internacional dos Arquivos de Língua Portuguesa (Lisboa, 1 de julho de 2026), com o tema “Património

Arquivístico Comum como Memória Histórica da CPLP”, e *aprovaram* a Resolução para o Reforço da Rede de Arquivos Nacionais da CPLP.

65. *Saudaram* o lançamento, no âmbito das celebrações dos 30 anos da CPLP, do Barômetro da Lusofonia (sede da CPLP, 28 de janeiro de 2026), um projeto voltado à aferição da visibilidade pública da CPLP e à promoção das interações e da cooperação no espaço lusófono, em especial no que se refere à promoção da democracia, fomento ao desenvolvimento econômico e social, valorização da Língua Portuguesa e fortalecimento da diversidade e das afinidades culturais.

No âmbito dos assuntos económicos e empresariais:

66. *Aprovaram* a Resolução sobre a elaboração da Agenda Estratégica para a Consolidação da Cooperação Económica na CPLP para o período 2028-2032. Saudaram o trabalho desenvolvido pelas estruturas setoriais nacionais e reiteraram a importância da cooperação económica, do investimento, do comércio, da inovação e do empreendedorismo como fatores de desenvolvimento sustentável nos Estados-Membros.
67. *Saudaram e incentivaram* a realização de feiras de negócio, bolsas de turismo e outros eventos de promoção comercial nos Estados-Membros, enquanto importantes instrumentos para o fortalecimento das relações económicas entre os Estados-Membros da CPLP.

Deliberações finais dos Ministros:

68. *Aprovaram* os seguintes documentos:
- a) Declaração Consolidação do Estado de Direito Democrático e os Desafios da CPLP;
 - b) Declaração sobre os 30 Anos de Constituição da CPLP;
 - c) Resolução sobre a Mobilidade na CPLP;
 - d) Resolução sobre a Concessão da Categoria de Observador Consultivo da CPLP
 - e) Resolução sobre a Conclusão da Implementação da Nova Visão Estratégica da CPLP 2016-2026 e elaboração da Visão Estratégica da CPLP 2027-2033;
 - f) Resolução sobre a Situação na República da Guiné-Bissau;
 - g) Resolução sobre a Harmonização entre os Estatutos da CPLP e os Estatutos do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP);
 - h) Resolução sobre o Regimento Interno do Conselho de Ministros da CPLP;
 - i) Resolução sobre o Acordo Administrativo para a Aplicação da Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP;
 - j) Resolução sobre a Operacionalização da Década da Juventude da CPLP (2026-2036);
 - k) Resolução criação da Rede de Comitês Nacionais para a Década das Nações Unidas das Ciências do Oceano;
 - l) Resolução sobre o Fortalecimento de Respostas a Desastres Climáticos;
 - m) Resolução sobre o Programa Frátria – Licenciatura de Base Comum em Saúde Pública dos Estados-Membros da CPLP;
 - n) Resolução sobre a Continuidade e o Fortalecimento do Programa CPLP Audiovisual;
 - o) Resolução sobre o Reforço da Rede de Arquivos Nacionais da CPLP;



- p) Resolução sobre a Criação da Rede da CPLP sobre Alimentação, Nutrição e Saúde Escolar;
 - q) Resolução sobre a Elaboração da Agenda Estratégica para a Consolidação da Cooperação Económica na CPLP para o período de 2028 a 2032;
 - r) Resolução sobre o Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo da CPLP para o Exercício de 2027;
 - s) Resolução sobre o Orçamento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) para o ano de 2027;
 - t) Resolução sobre o Relatório de Auditoria às Contas de 2024 do Secretariado Executivo da CPLP;
 - u) Resolução sobre os Relatórios de Auditoria Financeira e de Conformidade ao IILP referentes aos Anos de 2023 e 2024;
 - v) Resolução sobre o Orçamento Retificativo do IILP para o exercício de 2026;
 - w) Homenagem ao Dr. Francisco Guterres *Lu Olo*, Antigo Presidente da República Democrática de Timor-Leste;
 - x) Homenagem a Personalidades dos Estados-Membros da CPLP;
 - y) Declaração de Apeço ao Diretor Executivo do IILP.
69. *Expressaram* o seu apeço ao Governo e ao povo da República Democrática de Timor-Leste pela calorosa hospitalidade, pela excelente organização da reunião e pela dedicação demonstrada na condução dos trabalhos.
70. *Agradeceram* à Presidência timorense o seu contributo para o reforço da concertação político-diplomática, da cooperação e da projeção internacional da CPLP.
71. *Aprovaram* o presente Comunicado Final da XXXI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Feito em Díli, a 19 de agosto de 2026.

Pela República de Angola

Esmeralda Bravo Conde da Silva Mendonça
Secretária de Estado para as Relações
Exteriores

Pela República Federativa do Brasil

Carlos Sérgio Sobral Duarte
Secretário de África e Oriente Médio do
Ministério das Relações Exteriores

Pela República de Cabo Verde

Manuel Augusto Lima Amante da Rosa
Ministro dos Negócios Estrangeiros,
Comunidades e Defesa Nacional

Pela República da Guiné Equatorial

Simeón Oyono Esono Angué
Ministro de Estado dos Assuntos Exteriores,
Cooperação Internacional e Diáspora

Pela República de Moçambique

Maria de Fátima Simão Manso
Secretária de Estado dos Negócios
Estrangeiros e Comunidade Moçambicana
no Exterior

Pela República Portuguesa

Paulo Rangel
Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

*Pela República Democrática de São Tomé
e Príncipe*

Vera Maria Assunção Gomes Cravid
Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares
e Direitos da Mulher

Pela República Democrática de Timor-Leste

Bendito dos Santos Freitas
Ministro dos Negócios Estrangeiros e
Cooperação